



## **PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA: Do apogeu da Borracha à Zona Franca de Manaus**

Susy Ellen Pacheco da Silva <sup>1</sup>  
Viviane de Oliveira Rocha <sup>2</sup>

### **RESUMO:**

O presente artigo traz à tona no cenário atual a discussão acerca dos processos de desenvolvimento ocorridos na Amazônia desde o período em que ganhou visibilidade mundial com a exploração do látex. Processo este que se iniciou com a explosão da produção da borracha que atraiu investimentos e trouxe crescimento em proporções imensuráveis, passando pelos grandes projetos criados por presidentes como JK e Médici, até chegar à Zona Franca de Manaus, que trouxe um desenvolvimento nunca antes imaginado para a região e que, por consequência, nos fez sucumbir a monopolização produtiva e econômica das grandes transnacionais.

**Palavras chave:** Amazônia; Capitalismo; Desenvolvimento.

### **ABSTRACT:**

The present article brings up in the current scenario the discussion about the processes of development occurred in the Amazon since the period in which it gained worldwide visibility with the exploitation of the latex. This process began with the explosion of rubber production that attracted investment and brought growth in immeasurable proportions, through the great projects created by presidents such as JK and Medici, until reaching the Free Zone of Manaus, which brought a development never before imagined for The region and that, consequently, made us succumb to the productive and economic monopolization of the large transnational corporations.

**Keywords:** Amazon; Capitalism; Development.

---

<sup>1</sup> Assistente Social, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. email: susy.eps@gmail.com

<sup>2</sup> Assistente Social, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. email: vivianerochass@hotmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

A Amazônia como muito já se viu, foi denominada por historiadores, estudiosos e até pelos que aqui construíram suas vidas como “Inferno Verde”, “Paraíso na Terra” e “País das Amazonas”. Durante muito tempo a região fora exaltada por sua imensidão, exuberância de seus recursos naturais, mas em outros momentos, foi vista como atrasada, inóspita e vazia. Assim, tendo suas riquezas naturais ao alcance de todos, muitos foram os indivíduos a se mudarem para a região com a esperança de adquirir grandes riquezas resultantes da exploração do tão cobiçado “Ouro Branco” como era conhecida a borracha.

Sem dúvida, foi o ciclo da borracha que iniciou a abertura regional para os grandes investimentos de capital e que trouxe para a região um desenvolvimento absurdamente rápido e sem precedentes. No entanto, mais tarde com o declínio da borracha a região passou a enfrentar enorme recessão, até que em meados no século XX, foi implantada a Zona Franca de Manaus, que trouxe para a região um crescimento nunca antes experimentado em outros tempos, mesmo durante o apogeu da borracha.

A Zona Franca de Manaus abriu as portas da região para o investimento de capital em grandes proporções, seja ele nacional ou internacional. É inegável, porém, que a ZFM transformou profundamente a realidade amazônica e atraiu para cá uma quantidade imensurável de empresas e investidores que voltaram seus olhos as grandes riquezas regionais e o que a região poderia favorecer o desenvolvimento econômico do país, já que a antes “terra vazia” agora se tornou o pulmão do mundo e uma das principais peças na engrenagem do sistema capitalista de produção atual.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### **O GRANDE MITO DO ELDORADO AMAZÔNICO: da ilusão da riqueza à “servidão”**

É veemente que a história econômica da Amazônia se inicia com a coleta do que se conhecia como “Drogas do Sertão” (canela, cacau do mato, cravo, baunilha, guaraná, castanha, pimenta, urucum), extraídas da floresta pelos índios a mando dos europeus que eram responsáveis pela comercialização destas no mercado internacional. No entanto, foi a partir do século XIX, que a Amazônia ganhou enorme espaço no mercado não só nacional, mas mundial com a extração do látex das seringueiras para a produção da borracha, sendo esta o motor do desenvolvimento regional e da captação de capital. O Ciclo da Borracha trouxe grandiosas mudanças para a Amazônia. A busca pelas riquezas falaciosas trazidas pelo que muitos conheciam como “Eldorado Amazônico” fez com que a região virasse um campo de batalha,

onde os grandes senhores, donos do capital disputavam espaço, dinheiro e poder, sem sequer considerar as consequências que esta batalha traria aos que serviam a eles.

Nessa primeira importante etapa de desenvolvimento econômico da região amazônica, muitos brasileiros e estrangeiros foram atraídos pelo discurso governamental que “jogava ao vento” a ilusão do grande fausto: o ouro branco que se extraía das seringueiras amazônicas mudaria a vida de todos aqueles que se propusessem a deixar suas terras de origem e embarcar no sonho de conquistar riquezas desmedidas com a produção da borracha. Entretanto, vislumbrando essas riquezas muitos desses trabalhadores acabaram morrendo nos seringais, em vista do regime de extrema “servidão escravista”, pois viviam a mercê dos desmandos dos senhores donos dos seringais. Tendo em vista esta realidade, Loureiro (2004, pg.86) pontua de forma incisiva as intenções dos governos em seus discursos abstratos para atrair mão-de-obra para a região:

[...] Os Estados do Nordeste, para se livrarem da pressão social, davam apoio a um recrutamento eivado de falsas promessas de um trabalho sem submissão [...]. E assim milhares viajavam para a Amazônia, na terceira classe ou amontoados nos navios, sem qualquer conforto com um regime alimentar escasso e nocivo, morrendo muitos no percurso [...].

O segundo momento importante da economia amazônica ainda teve o látex como base de seu desenvolvimento. Esse segundo ciclo da borracha teve início durante a Segunda Guerra Mundial, quando os japoneses ocuparam o Pacífico Sul e a Malásia, principal exportadora de borracha do mundo durante este período. Com o contrabando de sementes de seringueira para a Ásia, abriu-se uma grande concorrência na exportação da borracha o que enfraqueceu o mercado brasileiro e conseqüentemente trouxe arrefecimento de postos de trabalho e enfraquecimento da economia da borracha. Entretanto, quando os seringais asiáticos viram-se ocupados, os olhos dos exportadores voltaram-se novamente para a Amazônia. Foi a partir daí, que o governo brasileiro mobilizou-se novamente para reativar a atividade extrativista na região com a intenção de outra vez usufruir dos benefícios que este mercado proporcionou para a economia nacional, além do prestígio dentro do mercado mundial.

Passada a primeira Guerra e posto entre parênteses o período de 1920 a 1939, a "Batalha da Borracha" dos anos quarenta aparenta tender à reanimação do setor extrativista. O presidente Getúlio Vargas falara, em outubro de 1940, num "plano de reerguimento da Amazônia", aduzindo que "todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto (sic) do seu desenvolvimento". [...]. Mas o "plano de reerguimento" só iria sair do domínio das puras intenções em 1954 quando, instaladas a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a União federal se envolveria com

uma programação concreta, administrativa e orçamentária. Desde então, consideradas as coisas numa perspectiva mais longa, a renda per capita da região não parou de crescer. De 1960 em diante, sobretudo a partir de 1965, esse crescimento acelera-se, ao calor de novas medidas e empreendimentos governamentais (SANTOS, 1989, p.20).

A Amazônia passou por profundos e intensos processos econômicos que modificaram sua anatomia regional e re-moldaram sua cultura, sua população, seus costumes, mas principalmente que influenciaram seu processo de desenvolvimento, já que aqui passou-se a ver o que muitos conheciam como “Paris dos Trópicos”. Souza (2011) aponta que neste momento reinventou-se a Amazônia, deixando para trás a ideia de vazio demográfico, redefiniu-se as relações de troca e de mando que antes imperavam, mas de modo incontestável redefiniu-se o modo de vida amplamente influenciado pela cultura norte-americana e européia. Entretanto, assim como o primeiro ciclo da borracha, este segundo momento também entrou em declínio após a Segunda Guerra Mundial, que abriu as portas para novos projetos de desenvolvimento que seriam criados e fomentados no intuito de integrar a Amazônia e expandir suas fronteiras na busca por atrair investimentos transnacionais para a região.

#### **“NOVOS HORIZONTES A VISTA”: olhos voltados ao desenvolvimento regional**

Após o declínio do ciclo da borracha na década de 40, a Amazônia passou por um longo período de recessão econômica. Durante esta década, mas especificamente em 1946, a Constituição Federal Brasileira deste mesmo ano em seu artigo 199, previa o estabelecimento de um programa de desenvolvimento para a Amazônia, cujo financiamento ocorreria com a utilização de 3% das receitas dos impostos federais, durante um prazo de 20 anos consecutivos. Esse artigo foi regulamentado pela Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953, que criou o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que consistia em um sistema de serviços e obras públicas destinado a desenvolver a produção agrícola, mineral e industrial e a elevar o bem estar social e econômico da população regional (PRATES e BACHA, 2011).

Na década de 50 com a posse de Juscelino Kubitschek como presidente do país, grandes projetos de desenvolvimento foram propostos para a Amazônia. Sob o lema de fazer o Brasil “Desenvolver 50 anos em 5”, JK elaborou vários projetos de infra-estrutura que mais tarde seriam implantados na Amazônia durante os governos militares. No entanto, foi no período de 1967 – 1971 que estabeleceu-se o Primeiro Plano Quinquenal de desenvolvimento que fora baseado no *binômio* “segurança e colonização”, que impôs a necessidade de preencher o “vazio demográfico” da região para desenvolver e evitar a possibilidade da entrada de movimentos guerrilheiros na mesma (TAVARES, 2011).

Oliveira (1994) corrobora quando cita que o desenvolvimento da Amazônia proposto pelos governos militares posteriormente entre as décadas 60 e 80, bem como sua proteção pelo Estado maior tinha o propósito de integrar a região ao restante do país.

[...] basicamente em sua vertente militar: gradativamente, a Amazônia vai ganhando importância como uma área a ser defendida, o que só seria politicamente viável a partir de um forte entrelaçamento entre os interessados na área e o Estado brasileiro; traduzindo, era preciso que valesse a pena defender a soberania brasileira sobre o território. Ora, famílias isoladas na selva, que nem sequer utilizavam a moeda brasileira em suas transações econômicas, estas baseadas no sistema de *aviamento*; nações indígenas com culturas próprias, sistemas axiológicos radicalmente diferentes dos grupos predominantes nas demais regiões do país, relações sociais regidas por temporalidades totalmente diferentes; [...]. (BECKER, 2007, p.58).

Com o início da década de 60 visivelmente nota-se um novo impulso de expansão regional, com a criação e instalação do projeto Zona Franca de Manaus – ZFM, no ano de 1967, quando a cidade se transformou em uma moderna metrópole, com relações econômicas e culturais mais intensas do que nunca, e que será retratado com maior ênfase mais adiante. No entanto, foi com o governo de Emílio Garrastazu Médici na década de 70 que se puderam notar esforços mais concretos na tentativa de fazer da Amazônia um novo lugar, preferencialmente que rendesse recursos financeiros para o país. Este período foi marcado pela famosa frase do então presidente: "*quero abrir uma estrada que leve homens sem terra para uma terra sem homens*", o que demonstra de forma suntuosa a real noção que se tinha da Amazônia.

Nesta década de 70, o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) foi posto em ação, mas especificamente entre os anos de 1972 a 1974, buscando propor por meio da colonização oficial preencher o "vazio demográfico" da Amazônia, como também havia proposto JK. Criou-se, o PIN – Plano Nacional de Integração, cujo lema era "*integrar para não entregar*", o que fez com que a região Amazônica ganhasse visibilidade e atraísse novos investimentos com a abertura da Transamazônica e a implantação do projeto de colonização de suas margens, com a construção de agrovilas e de ruropólis. Nesse ínterim, entre os anos de 1974 e 1979, implantou-se o Plano de Desenvolvimento da Amazônia, cujo objetivo seria potencializar os pólos de agropecuária e minério.

Entretanto, Oliveira (1994) aponta que foi na década de 80, que paralelamente, a Amazônia passou a despertar a atenção de grandes investidores internacionais, que reivindicavam a preservação da floresta e que trouxeram para a região um volume voluptuoso de capital a ser incrementado em nossa economia com vistas a integrar o cuidado com a

floresta e o desenvolvimento regional. Segundo Becker (2007) a Amazônia ao passar por todos estes processos e projetos, deixou de ser uma mera fronteira de expansão de forças exógenas nacionais ou internacionais, e passou a ser uma região com estrutura produtiva própria.

Inobstante a esta realidade, atualmente, o espaço regional está marcado pelas intensas contradições socioeconômicas decorrentes do modelo capitalista de desenvolvimento que se apresenta de forma intensa com a implantação da Zona Franca de Manaus, considerada a grande alavanca do desenvolvimento regional, já que trouxe para a região centenas de empresas transnacionais que aplicaram aqui um volume grandioso de capital que gerou empregos e, por conseguinte, crescimento econômico, social e populacional.

### **ZONA FRANCA DE MANAUS: o surgimento de um novo fausto**

Criada para resgatar a economia manauara do estado letárgico em que se encontrava fruto do declínio da extração da borracha, a Zona Franca de Manaus (ZFM) teve como objetivo principal em sua implantação trazer desenvolvimento para a região. Os primeiros anos de sua implantação segundo Oliveira (2010) foram marcados por um cenário econômico intenso, onde a cidade antes vista apenas como capital mundial da borracha, paris dos trópicos ou mesmo inferno verde, se transformava e desenvolvia novas funções, estas impostas pela implantação da tecnologia maquinária.

A criação da Zona Franca de Manaus foi justificada pela ditadura militar com a necessidade de se ocupar uma região despovoada. Era necessário, portanto, dotar a região de "condições de meios de vida" e infra-estrutura que atraíssem para ela a força de trabalho e o capital, nacional e estrangeiro, vistos como imprescindíveis para a dinamização das forças produtivas locais, objetivando instaurar na região condições de "rentabilidade econômica global". De fato, sua criação e desenvolvimento sempre estiveram atrelados a circunstâncias político-econômicas locais, nacionais e mundiais. (SERÁFICO e SERÁFICO, 2005, p.102)

O perigo de se transformar a Amazônia em uma sociedade deserdada de possibilidades de crescimento e desenvolvimento socioeconômico incumbiu à cidade a necessidade de superar o declínio da borracha, que a "soterrou" em recessões por quase 60 anos, o que Miranda (2013) afirma que só se conseguiu a partir de 1951 quando o deputado Francisco Pereira da Silva, apresentou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 1.310, de 23 de outubro de 1951, em que propõe a criação de um *porto franco* em Manaus. Este projeto, mais tarde foi convertido na Lei nº 3.173 de 6 de junho de 1957, que transformou este porto franco na atual Zona Franca de Manaus. Em contraponto, a ZFM só foi regulamentada 3 anos depois pelo Decreto nº 47.754, de 2 de fevereiro de 1960. Entretanto, somente entrou em vigor,

efetivamente, a partir de 28 de fevereiro de 1967, quando foi reestruturada pelo Decreto-Lei nº 288.

Entre todas as políticas já criadas para o desenvolvimento da Amazônia, a regulamentação da Zona Franca de Manaus tornou-se a estratégia de desenvolvimento mais acertada, já que esta se baseia em incentivos fiscais, o que gera um grande interesse de empresas transnacionais da indústria, que perceberam nisso, uma oportunidade de reduzirem seus custos e ampliarem seus lucros. E até hoje estas empresas comandam a produção de bens e produtos na região, o que demonstra o imenso poderio internacional sobre a Amazônia.

É inegável que com a implantação a todo vapor da Zona Franca, novamente a cidade de Manaus se transformava, se dinamizava e, também, atraía uma nova “leva” de mão-de-obra migratória, pois a cidade “[...] converteu-se em uma região periférica ativa, absorvendo fluxos favoráveis de capitais, capacidade de emprego, tecnologia, mão-de-obra, inovações de ideias, produtos faturados”, ou seja, novamente a cidade atraía os olhos do mundo, e de novo trouxe para a região muitos trabalhadores iludidos pelo novo fausto amazônico (SILVA e OLIVEIRA, 2009, p.07). Também chamado de Pólo Industrial de Manaus – PIM, este centro industrial reúne hoje mais de 600 empresas transnacionais em operação, apresentando constantemente um crescimento ascendente, alimentado pela geração de emprego e renda que favorece o desenvolvimento e a visibilidade regional, além dos incentivos fiscais recebidos pelas empresas que aqui operam.

Os empreendimentos instalados na ZFM contam com diversos incentivos, que têm por objetivo reduzir as desvantagens locacionais e estimular o desenvolvimento regional. Há incentivos tributários, com redução ou isenção de tributos federais, estaduais e municipais, além da venda de terrenos a preços simbólicos no parque industrial de Manaus, com completa infraestrutura de serviços sanitários, energia e comunicações. Os incentivos fiscais foram inicialmente previstos para terminar em 1997. Desde então, vêm sendo renovados por meio de legislação específica. A extensão mais recente foi estabelecida pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003, que prorrogou os benefícios de 2013 para 2023. (MIRANDA, 2013, p.04).

A ZFM possibilitou ainda uma distribuição mais equilibrada do parque industrial brasileiro e da atividade econômica nacional, porém, esta possui um duplo sentido, pois os tipos de empresas aqui implantadas apresentam baixo comprometimento ambiental, mas dotou a região, de um pólo industrial moderno com zona de livre comércio, que gerou empregos diretos e indiretos, contribuindo assim para a integração real da Amazônia ao restante do território nacional, tal como JK e Médici haviam proposto.

Todo este contexto leva a conclusão de que não se pode questionar a Zona Franca de Manaus em seus objetivos e em sua finalidade estrutural sem considerar todo o modelo de desenvolvimento que foi e tem sido adotado no país. Se partirmos do processo de desmanche das políticas públicas regionais em curso no atual governo, a Zona Franca logo perderá os suportes institucionais que asseguram sua existência, o que por consequência criará um importantíssimo impasse: ou esta entra em crise e se desarticula ou se reprocessa e se reinventa em novos termos, o que só o tempo poderá responder.

## **5 NOTA CONCLUSIVA**

A Amazônia por inúmeros motivos sempre chamou a atenção do mundo para suas riquezas e seus recursos naturais. Por muitos já fora chamada de “Terra sem homens” e “inferno verde”, ou vista como atrasada em relação aos demais estados do país. No entanto, em nome do afã do lucro e do progresso econômico, abriu-se as portas da região para os grandes processos de desenvolvimento, processos estes que acarretaram em ações que desconsideravam a realidade que aqui se vivia e que por isso se mostraram antrópicas com reflexos sentidos até os dias atuais pela população que aqui vive.

Em prol do progresso regional, abrimos a fronteira da Amazônia para que grandes marcas e empresas aqui se instalassem na tentativa de fazer com que os olhos do mundo novamente se voltassem para nossas riquezas e recursos. Nos permitimos ser explorados em benefício do crescimento econômico e do que este traria de contrapartida não apenas para a região, mas para o país. Internacionalizamos não apenas nossos recursos ou parte de nosso território, importamos também o modo de produção para que pudéssemos fazer parte do todo, ou seja, na busca por integrar a Amazônia, a entregamos ao capital, e por consequência, atualmente vivemos a mercê de seus desdobramentos, mandos e desmandos. Tudo em nome do desenvolvimento.

O que se constata com todo o contexto narrado, é que a Amazônia nunca foi uma “terra sem homens para homens sem terra”, mas sim, uma região que atravessou conflitos fundiários e sociais que se agravaram depois da construção dos grandes projetos de desenvolvimento econômico e pela implantação da Zona Franca de Manaus, que foi sem dúvida o motor do grande “boom” desenvolvimentista da região, e que acabou por consolidar até os dias atuais, a subordinação econômica regional e sua dependência ao capital internacional.



Todos os processos de desenvolvimento descritos nos levam a perceber que não há como se desvencilhar do capital, principalmente do internacional, já que os avanços e as transformações trazidas por ele são inquestionáveis para a Amazônia. Mas até que ponto esses avanços nos trouxeram benefícios? Até onde iremos em nome desse desenvolvimento? Ou quanto, esse desenvolvimento nos custará? São as perguntas que ficam, mas as respostas para as mesmas podem nunca ser obtidas, tudo depende de um fator que não controlamos – o tempo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ALHO, Milke Cabral. **O processo do desenvolvimento regional no estado do Amazonas.** XXIX Congresso Latinoamericano de Sociologia – ALAS, CHILE, 2013. Disponível em: > [http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT15/GT15\\_CabralAlho.pdf](http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT15/GT15_CabralAlho.pdf) < acesso em 16/06/2017.

ARBEX JÚNIOR, José. "Terra sem povo", crime sem castigo. In: TORRES, Maurício (org.). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163.** Brasília: CNPq, 2005.

BECKER, B. K. **Reflexões sobre a geopolítica e a logística da soja na Amazônia.** In: COSTA, W.M. BECKER, B.K.. ALVES, D.S. (Org.). Dimensões humanas da biosfera-atmosfera na Amazônia. São Paulo: Edusp, 2007.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: A guerra na floresta.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira S.A., 1992.

BRASIL. Planalto Central. **Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957.** Disponível em: > [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L3173.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3173.htm) < acesso em 16/06/2017.

LOUREIRO, Antônio José Souto. **História da Medicina e das Doenças no Amazonas.** Gráfica Lorena. Manaus, 2004.

MIRANDA, Ricardo Nunes de. **Zona Franca de Manaus: Desafios e Vulnerabilidades.** Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado Federal, Textos para Discussão 126, Abril/2013. Disponível em: > <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/td-126-zona-franca-de-manaus-desafios-e-vulnerabilidades> < acesso em 18/05/2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia.** Campinas: Papirus, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. **A reconquista da Amazônia.** In: Revista Novos Estudos CEBRAP, N.º 38, março 1994, pp.3-14.

OLIVEIRA, Roberto Monteiro de. **Amazônia: de Eldorado à Zona Franca.** In: Revista Geopolítica, Ponta Grossa – PR, v.1, n. 2, p.72-94, jun/dez, 2010. Disponível em: > <http://revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/viewFile/14/14> < acesso em 16/06/2017.

PRATES, Rodolfo Coelho. BACHA, Carlos José Caetano. **Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia.** In: Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 20, n. 3 (43), p. 601-636, dez. 2011. Disponível em: > <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v20n3/a06v20n3> < acesso em 20/06/2017.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **O genius de uma economia: reflexões e propostas sobre o desenvolvimento da Amazônia.** Populações Humanas e Desenvolvimento Amazônico. Belém: UFPA, 1989.

SERÁFICO, José. SERÁFICO, Marcelo. **A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil.** In: Revista Estudos avançados, vol.19, no.54, São Paulo, May/Aug. 2005. Disponível em: > [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000200006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000200006&script=sci_arttext) < acesso em 20/06/2017.

SILVA, Márcia Maria Moraes. OLIVEIRA, Patrícia Torres de. **As repercussões do atual modelo de desenvolvimento brasileiro no mundo do trabalho no Amazonas.** Universidade Federal do Maranhão, IV Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís – MA, 25 a 28 de agosto 2009. Disponível em: > [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/OLD/eixos2\\_OLD/2.%20REPERCUSS%C3%95ES%20DO%20ATUAL%20MODELO%20DE%20DESENVOLVIMENTO%20BRASILEIRO.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/OLD/eixos2_OLD/2.%20REPERCUSS%C3%95ES%20DO%20ATUAL%20MODELO%20DE%20DESENVOLVIMENTO%20BRASILEIRO.pdf) < acesso em 16/06/2017.

SOUZA, Gerciana Oliveira de. **Da Belle Époque à Zona Franca de Manaus: traços de uma política de saúde em construção.** Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, 2011.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. **A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI.** In: GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 29 - Especial, pp. 107 - 121, 2011.